

EDUCAÇÃO EM ALAGOAS (2010-2015): O QUE OS DADOS REVELAM?

Autor

Salatiel Braga Trajano Junior
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
sbtrajanojr@hotmail.com

Co-autor

Profº Dr. Ciro Bezerra
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
ciro.ufal@gmail.com

Co-autora

Shirley Giló Sobrinho Martiniano
Secretaria de Educação do Município de Rio Largo
shirley.marte@hotmail.com

Co-autor

Javan Sami de Araújo Santos
Secretaria de Educação do Município de Rio Largo
javansami@hotmail.com

RESUMO

O artigo Educação em Alagoas (2010 – 2015): o que os dados nos revelam?, objetiva apresentar uma análise da conjuntura educacional do Estado de Alagoas, tendo como recorte histórico, os anos de 2010 à 2015, o que não nos levará a omissão da visão diacrônica da problemática, uma vez que o estado de Alagoas, embora seja territorialmente pequeno, sendo o segundo menor estado da federação, apresenta grandes problemas nos mais diversos âmbitos sociais, incluindo a educação, que vão desde a sua constituição até a atualidade. Este estudo de caso trata-se de uma investigação de um fenômeno atual dentro do contexto no qual está inserido, nos possibilitando a partir da minuciosa análise do objeto, penetrar em uma determinada realidade social. Em seu processo de desenvolvimento, que é de caráter qualitativo, nos guiaremos pela perspectiva materialista dialética, na qual pressupõe que as dinâmicas dos fenômenos sociais, assim como, a sua concretude e totalidade, devem ser construídas historicamente. Para tanto, lançaremos mão da revisão bibliográfica e documental, utilizando o auxílio do Método da Leitura Imanente, além da análise de dados estatísticos sobre a educação alagoana a partir da interpretação de alguns indicadores educacionais, tanto nacionais, quanto internacionais, na qual, Alagoas amarga as últimas colocações, como os apontados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e através dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o que nos levará a tentar responder a questão presente em nosso título: que dados revelam a educação de Alagoas?

Palavras-chave: Alagoas, educação em alagoas, indicadores educacionais, conjuntura educacional.

INTRODUÇÃO

“Território usado é o chão mais a identidade” (SANTOS, 1999, p. 14). Esta postulação do geógrafo e intelectual brasileiro Milton Santos descreve o território não apenas como um mero lugar, palco ou área, onde os fatos transcorrem naturalmente, como obra do acaso, mas como espaço de reprodução da vida (semelhante ao conceito de território proposto por Bernardo M. Fernandes¹), onde as relações sociais, econômicas, familiares, materiais e afetivas resultam da apropriação do território pelas forças sociais. O que admite que a configuração geográfica está em constante transformação, isto é, o espaço geográfico é uma produção sociogeohistórica.

Concordando com essa conceituação, nosso trabalho não acontece no vazio do espaço/tempo. É localizado geográfica e historicamente. O que lhe destitui de qualquer neutralidade axiomática. O artigo, e nós que somos seus autores, estamos inseridos em um determinado espaço geográfico, com características sociogeohistórica peculiares. Entendemos que esta característica situacional é o que determina certa identidade textual.

Com o posicionamento teórico-metodológico acima não nos parece satisfatório compreender Alagoas por uma descrição técnica, baseada em índices estatísticos, econômicos e sociais, da forma descrita pelos relatórios do IBGE, a saber: Alagoas, cuja capital é Maceió, é de clima tropical e se encontra na região nordeste do país, sendo dividido em três mesorregiões e tendo por estados limítrofes Pernambuco, Sergipe e Bahia. Possui 102 municípios em seus 27.848.140 km², com uma estimativa populacional de 3.358.963 habitantes em 2016.

A linguagem do extrato de texto acima que caracteriza o Estado de Alagoas oculta os grandes problemas sociais, de saúde, segurança pública, habitação, assistência social e, como não poderia deixar de ser, de educação. Problemas que determinam a qualidade de vida da população alagoana, que sofre constantemente com a precarização de diversos serviços públicos, e, na pior das hipóteses, com a falta deles. Portanto, estes problemas são decorrentes de como as forças sociais se apropriam do território alagoano, isto é: como se constitui o “pacto territorial das elites alagoanas” que se apropriam das riquezas existentes no Estado e que o governam. Governo que pressupõe relações

¹ Bernardo M. Fernandes, a partir da formulação de Milton Santos faz considerações importantes. Participando do pressuposto de que o território não é área e palco ele admite o território ser uma categoria composta por três outras categorias: governo, relações sociais e apropriação dos recursos materiais de existência. Esses três elementos constituem o território e eles se revelam na medida mesmo em que o ser humano se apropria do “chão”, quando se constitui a “identidade” entre os seres humanos. Desta forma o território se constituiria a partir da apropriação social dos recursos existentes, governo (conflitualidades: lutas de classe, dominação, uso da força, formas de apropriação do poder do Estado) e relações sociais de produção do espaço.

sociais específicas e uma *ethos* específico, que legitimam esse “pacto territorial”. É justamente esta trama territorial que os dados estatísticos do IBGE não explicam.

Desse modo, a partir de uma minuciosa revisão bibliográfica e documental e da apuração dos dados coletados, nosso trabalho objetiva desvelar, mesmo que parcialmente, a atual conjuntura educacional do Estado de Alagoas. E isto a partir da interpretação de alguns indicadores educacionais, como os apontados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o que nos levará a tentar responder a questão presente em nosso título: que dados revelam a educação de Alagoas? Paratanto faremos a revisão bibliográfica e documental utilizando o método da leitura imanente (BEZERRA, 2015), além da análise de dados estatísticos sobre a educação alagoana, uma e outra fundamentarão conceitual e metodológica este artigo.

METODOLOGIA

“A produção do conhecimento [...] é uma construção coletiva da comunidade científica” (ALVES & GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 179). Esta tese iluminista é o marco da civilização moderna, em que a prova passa a ser exigida como critério racional do conhecimento objetivo, verdadeiro, o que põe em apuros os critérios da intuição e da fé. Esta tese está na base de pensadores como Lavoisier, que postula que “na natureza nada se cria, e tudo se transforma”. Seguindo tais preceitos, Alda Judith Alves (1992, p.54), pesquisadora socioeducativa, afirma que a busca pelo conhecimento é um processo contínuo, “cada nova investigação [...] complementa ou contesta contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema”.

Este artigo é um estudo de caso, trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2005, p. 32). Ele nos possibilita, a partir da minuciosa análise do objeto, “a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS, 2008, p. 11). Em seu processo de desenvolvimento, que é de caráter qualitativo, nos guiaremos pela perspectiva materialista dialética. De acordo com Gomide (2013, p.07), a abordagem materialista histórica e dialética pressupõe que “a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente”.

Iniciaremos nosso trabalho realizando a pesquisa bibliográfica “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites e a pesquisa documental, utilizando fontes constituídas por material

já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas” (FONSECA, 2002, p.32). Utilizaremos como auxílio nesta etapa da pesquisa o método da leitura imanente (MLI), que, segundo Bezerra (2015, p. 45), “se aplica bem, como método, aos estudos bibliográficos”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o relatório Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras, elaborado em 2016, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a região Nordeste apresenta o pior IDHM do país, com 0,663 pontos, o que a caracteriza como uma região de médio desenvolvimento humano. O documento aponta que apesar do Nordeste se configurar como a região com o pior IDHM, todos seus estados se encontram dentro da faixa de médio desenvolvimento humano em 2010. Situação diferente da encontrada no início da década de 1990, quando estes estados estavam na faixa de muito baixo desenvolvimento humano, e dos anos 2000, quando, com exceção dos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, todos os outros estados conseguiram avançar para a faixa de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2016, p. 16).

Para uma melhor compreensão da grave situação no tocante ao desenvolvimento humano dos estados nordestinos, em especial, Alagoas, elaboramos uma tabela com o IDHM que cada estado atingiu nas três edições de medição do Índice. Aproveitamos também para ranquear estes estados regionalmente, a saber:

TABELA 01. RANKING DA POSIÇÃO REGIONAL E EVOLUÇÃO DO IDH DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

	1991		2000		2010	
	IDHM	POSIÇÃO	IDHM	POSIÇÃO	IDHM	POSIÇÃO
ALAGOAS	0,370	7º	0,471	9º	0,631	9º
BAHIA	0,386	5º	0,512	5º	0,660	5º
CEARÁ	0,405	4º	0,541	3º	0,682	2º
MARANHÃO	0,357	9º	0,476	8º	0,639	8º
PARAÍBA	0,382	6º	0,506	6º	0,658	6º
PERNAMBUCO	0,440	1º	0,544	2º	0,673	3º

PIAUI	0,362	8°	0,484	7°	0,646	7°
RIO GRANDE DO NORTE	0,428	2°	0,552	1°	0,684	1°
SERGIPE	0,408	3°	0,518	4°	0,665	4°

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.

Nos debruçando sobre as informações acima, observamos que determinados estados ocupam praticamente as mesmas posições em todas as três medições do IDHM. Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, possuem os maiores índices do Nordeste, ocupando quase sempre (Em 1991 o estado do Ceará era o quarto) as três primeiras posições no ranking regional; já os estados de Sergipe, Bahia e Paraíba, ocupam as posições intermediárias ao longo dos anos. Por fim, os três piores IDHM do Nordeste e, conseqüentemente, do Brasil, são os dos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas; sendo este último, o detentor do pior IDHM do Brasil desde os anos 2000.

A tabela também nos mostra que o Alagoas foi o estado nordestino que menos evoluiu no IDHM. De 1991 a 2000, Alagoas evoluiu 0,101 pontos, o que é muito pouco quando comparado ao Ceará, que foi o que mais evoluiu no mesmo período, conseguindo um acréscimo de 0,136 pontos. Entre os anos 2000 e 2010, Alagoas conseguiu evoluir consideravelmente em seu IDHM, alavancando um crescimento de 0,160, pontos; o que o fez ficar atrás apenas dos estados de Maranhão, com 0,163 pontos de crescimento e Piauí, com uma elevação de 0,162 pontos.

Saindo das taxas de caráter macro e debruçando-nos nas análises de dados educacionais, o documento, ao analisar o Indicador Educação, nos diz que:

Em relação às faixas de desenvolvimento, nenhum município possui IDHM Educação Muito Alto. 59,8% deles encontram-se na faixa de Muito Baixo e 35,4% estão na faixa de Baixo IDHM Educação [...] O estado que mais evoluiu no IDHM Educação entre 2000 e 2010 foi o Maranhão (0,250 de incremento). Entre 1991 e 2000 foi o Ceará que mais evoluiu (0,173 de incremento) (PNUD, 2016, p. 24).

A partir dos resultados gerais do IDHM em Alagoas, não poderíamos criar esperanças de que neste indicador Alagoas se saísse melhor. Como era de se esperar, Alagoas continua sendo um dos estados que menos evoluíram, tendo um incremento de 0,108 pontos entre 1991 a 2000 e, 0,238 pontos, de 2000 a 2010.

Saindo do IDHM e partindo para a taxa de analfabetismo em Alagoas, o documento Indicadores Básicos de Alagoas, elaborado pelo Governo do Estado, nos diz que o analfabeto “é aquele indivíduo que é incapaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples na sua língua de origem”

(ALAGOAS, 2014, p. 29). Segundo o documento, a faixa etária utilizada para efeitos de cálculos da taxa de analfabetismo foi de pessoas com 15 anos ou mais de idade, o que fez com que Alagoas apresentasse os seguintes dados:

TABELA 02. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS DE IDADE OU MAIS – 2010-2013

	2010	2011	2012	2013
BRASIL	9,6	8,6	8,7	8,3
NORDESTE	19,1	16,9	17,4	16,6
ALAGOAS	24,3	21,8	21,8	21,6

Fonte: IBGE/PNAD/Censo Demográfico 2010

Ao analisar a tabela acima, observamos que Alagoas possuiu taxas de analfabetismo maiores do que as das médias nacional e regional nos quatro anos levantados. Chama-nos a atenção o ano de 2010, pois, neste ano, o estado tinha quase $\frac{1}{4}$ de sua população analfabeta. Se formos levar em consideração o fato que no ano em questão, segundo dados do IBGE, o estado contava com uma população de 3.120.494 habitantes, chegaremos a extraordinária quantidade de mais de 780.000 pessoas analfabetas.

Embora ao longo dos anos essa taxa venha tomando um caminho decrescente, ainda se encontra absurdamente alta, chegando em 2013 com 21,6% da população alagoana analfabeta, maior em 13,3% do que a taxa nacional e exatos 5% em relação a taxa da Região Nordeste. Para o MEC, “essa perspectiva reforça a necessidade de investimento na qualificação da ação alfabetizadora e na ampliação dos mecanismos de garantia da continuidade dos estudos aos egressos de turmas de alfabetização” (2014, p. 44).

Este cenário apresentado até agora, reflete nos resultados dos demais indicadores educacionais do estado, a exemplo, dos referentes as avaliações externas², tanto as nacionais, quanto as internacionais, que são instrumentos bastante utilizados no Brasil para auferir - ou pelo menos tentar- o nível da qualidade da educação no país, apontando dados e índices em escala nacional, regional, estadual e municipal.

² As avaliações nacionais aqui aplicadas são: Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil); o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB); a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Em nível internacional temos o Programa Internacional de Avaliação do Estudantes (PISA), coordenado mundialmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Analisando os dados do IDEB, que, de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala e a taxa de aprovação” (INEP, 2016a, p. 06), ratificamos o quão grave é a situação da educação em Alagoas. Buscando uma melhor compreensão deste instrumento avaliativo, precisamos ter em mente que o estado ou município que possui um IDEB baixo, é porque não obteve bons resultados na combinação do indicador taxa de aprovação (muitos alunos reprovados no ano) e do indicador desempenho na avaliação externa (poucos alunos tiveram nota boa na avaliação).

Já estamos na sexta edição do IDEB, mas, desde o início de sua série histórica, no ano de 2005, Alagoas apresenta índices baixos nas três etapas de ensino mensuradas - Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, conforme nos mostram as tabelas a seguir:

TABELA 03. PROGRESSO DA SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS

	IDEB OBSERVADO						METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS	2.9	3.3	3.3	3.4	3.7	4.1	2.9	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
ANOS FINAIS	2.5	2.7	2.7	2.5	2.7	3.1	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5
ENSINO MÉDIO	2.8	2.6	2.8	2.6	2.6	2.8	2.8	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6

Fonte: INEP

A tabela acima nos mostra que na etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais, Alagoas conseguiu superar a meta projetada no ano de 2007 em 0.4 pontos. Em 2009, conseguiu igualar repetir a nota de 2007, o que fez com que igualasse a meta projetada para aquele ano. Já a partir de 2011, Alagoas não conseguiu em nenhum ano atingir a meta projetada, tendo ficado a 0.3 pontos da meta de 2011 e 2013 e, a apenas 0.2 pontos de atingir a meta estipulada para o ano de 2015.

No Ensino Fundamental Anos Finais a situação não é muito diferente da encontrada até agora. A exemplo do que aconteceu na etapa dos Anos Iniciais, o Ensino Fundamental Anos Finais também obteve bons resultados nas duas primeiras edições do IDEB, conseguindo superar a meta projetada no ano de 2007 em 0.2 pontos, e igualando a pontuação que foi estipulada em 2009, 2.7 pontos. Todavia, parece que 2011 foi o ano que o Ensino Fundamental em Alagoas começou a declinar, pois, assim como nos Anos Iniciais, os Anos Finais, a partir deste ano, também não

conseguiu atingir a meta projetada, faltando 0.4 pontos para alcançar o êxito. Em 2013 e 2015, o estado faltou muito para atingir as metas projetadas, tendo um déficit de 0.6 pontos nos dois anos. Deste modo, a história parece se repetir, uma vez que das cinco notas do IDEB nesta etapa da educação, Alagoas conseguiu atingir ou superar a meta projetada em apenas duas ocasiões.

No entanto, como diz o dito popular, nada é tão ruim que não possa piorar, pois, ao analisarmos os dados do Ensino Médio, veremos que o estado não conseguiu ultrapassar, ou se quer atingir a meta projetada em nenhum ano. Em 2007, faltaram apenas 0.2 pontos para atingir a meta; em 2009 a diferença diminuiu, pois o que separa o estado do êxito é um mísero 0.1 ponto. Em 2011 a diferença entre a nota obtida e meta projetada começa a crescer. Neste ano, Alagoas ficou atrás da meta projetada por 0.5 pontos. Em 2013, o estado mais uma vez não consegue atingir a meta, possuindo um déficit em sua nota de 0.7 pontos. Por fim, no ano de 2015, Alagoas viu a diferença entre sua nota e a meta projetada disparar, ficando sem bater a meta por 0.9 pontos.

Encerraremos a explanação do atual panorama educacional de Alagoas, apresentando os dados relativos do PISA, que é uma avaliação externa internacional, coordenada aqui no Brasil pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), do INEP, cujo o principal objetivo é mensurar os “conhecimentos e habilidades dos estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências, contrastando com resultados do desempenho de alunos dos países membros da OCDE, além de 35 países/economias parceiras” (INEP, 2016b, p. 18).

De acordo com o INEP, os instrumentos aplicados no PISA, fornecem aos países participantes resultados que irão traçar um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes, fazendo com que fique nítido como as habilidades são relacionadas com as variáveis demográficas, econômicas, sociais e educacionais; permitindo, dessa forma, acompanhar o desempenho dos estudantes e monitorar, ao longo do tempo, os sistemas educacionais (INEP, 2016b, p. 19). A sua série histórica iniciou nos anos 2000 e acontece sempre a cada três anos. A cada edição, uma das três áreas cognitivas (ciências, matemática e leitura) é o foco da avaliação, o que faz com que nas questões haja uma maior concentração de assuntos deste tema.

No Brasil, participaram do PISA 23.141 estudantes, de 841 escolas. Deste total, 756 estudantes, de 27 escolas eram alagoanos. Na área cognitiva ciências, o PISA quer saber o grau de letramento científico dos estudantes, que ao seu ver, é “a capacidade de refletir e de se envolver num diálogo crítico sobre assuntos relacionados à ciência e tecnologia, bem como compreensão de como a ciência é construída” (INEP, 2016c, p. 14). Nesta área, os estudantes dos países membros da OCDE obtiveram um escore de 493 pontos; já a média nacional alcançou uma média de 401 pontos, bem

abaixo dos países membros da OCDE. No Brasil, o estado do Espírito Santo foi o que conseguiu uma melhor nota, totalizando 435 pontos. No lado oposto da tabela, Alagoas aparece como o detentor do menor desempenho, com uma pontuação de 360 pontos. O número de acertos nas questões de ciências foi fundamental para o resultado final. A média dos estudantes alagoanos foram de 23,6%, sendo a menor do país e o colocando na escala de alta dificuldade em ciências.

Na área cognitiva leitura, Alagoas também foi o estado que apresentou a maior dificuldade nas resoluções das questões, com uma média de acerto de 31,2%, enquanto a média nacional de 41.3%. Esta alta dificuldade nas questões de leitura, culminou no baixo score do estado. Alagoas teve a menor pontuação do país em leitura, com apenas 362 pontos. A maior nota nacional em leitura mais uma vez foi a do Espírito Santo, com 441 pontos, bem acima da média brasileira, que é de 407 pontos. Estes dados mostram uma enorme discrepância na qualidade educacional do Brasil.

Se nas áreas de ciências e leitura, Alagoas já figurava como o pior estado do país nos itens avaliados do PISA, na área da matemática a situação se agravou um pouco mais, uma vez que seu score foi menor do que o das demais áreas. A média nacional na área da matemática foi de 377 pontos. O estado do Paraná foi o maior pontuador, com 406 pontos, enquanto Alagoas teve o menor desempenho com 339 pontos. Embora Alagoas não fosse o estado com a menor média de acertos, 19,2% - o estado do Maranhão foi o que menor acertou em matemática, apenas 18,7% de questões certas -, foi o estado que mais deixou questões em branco, as chamadas questões omissas do PISA, com 17% de questões não respondidas nesta área do saber.

Constatamos então que, através de todos os dados apresentados, Alagoas configura-se ao longo dos anos como o estado detentor dos piores índices sociais e educacionais do Brasil, independente do Programa ou avaliação que ele participa. No indicador educação, do IDHM, o estado foi o que menos evoluiu; no IDEB sempre ficando com as piores notas em todas as etapas da educação básica e, por fim, no PISA, em último nas três áreas analisadas – ciências, leitura e matemática.

CONCLUSÃO

Como vimos, territorialmente pequeno, o estado de Alagoas se mostra um gigante quando o assunto é baixo índice educacional, traço esse que o marca ao longo dos anos. A explanação que anteriormente foi realizada, ajuda-nos a tentar responder a provadora questão: o que os dados nos revelam? Pois bem, em nossa compreensão, os dados nos revelam um estado com sérios problemas educacionais em diversas avaliações de desempenho, o que o coloca como o pior estado do país

quando o assunto é educação básica. Os dados nos revelam também o quão árduo e longo é o caminho que Alagoas precisa percorrer para oferecer uma educação de qualidade para a sua população.

Por estes dados educacionais, compreendemos que Alagoas vem passando por constantes períodos de descaso com a educação pública e, enquanto não se conceber a educação como a mola propulsora da sociedade, com maciços investimentos financeiros e um planejamento sólido e com ações e estratégias de curto, médio e longo prazo, Alagoas continuará amargando a incômoda situação no cenário nacional de ser o estado com a pior educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. **Indicadores Básicos de Alagoas**. – Ano 1, n.1 (2014) - Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.

ALVES, Alda Judith. **A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis**. Cad. Pesq. São Paulo, nº 81, p. 53-60, maio de 1992.

ALVES, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 179-188.

BEZERRA, Ciro. **Professores Desacorrentados da Cé(lu)la de Aula**. Maceió: Grupo de Pesquisa Sociologia do Trabalho Pedagógico, Currículo e Formação Humana e Grupo de Pesquisa Milton Santos, Mimeografado, 2015.

FERNANDES, B. M. **Territórios em disputa**. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>. Acesso em 20, mai, 2011.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOMIDE, Denise. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. XI Jornada de Estudos e Pesquisas do HISTEDBR, Cascavel – Paraná, 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico: Resultados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005 – 2015**. Diretoria de Estatísticas Educacionais / Diretoria de Avaliação da Educação Básica, Brasília: 2016a.

_____. **Brasil no PISA 2015**. Ministério da Educação / MEC. Brasília – DF, 06 de dezembro de 2016c.

_____. **Brasil no PISA 2015 : análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros** / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. — São Paulo : Fundação Santillana, 2016b.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, Jan./Abr., 2008, p. 9-18.

MEC. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015.** Brasília, 2014. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras : 2016.** – Brasília :PNUD : IPEA : FJP, 2016.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n° 2, 1999.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.